

Festa na Praça: Drama, dissidência e diferença¹

Ximene Rêgo²

Resumo: As ligações entre as estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico e a posição que o lugar assume do ponto de vista relacional exprimem hierarquia e distâncias sociais, permitindo também antecipar como as pessoas percebem a sociedade e se situam dentro dela. O texto em pauta - partindo da celebração de uma festa numa praça do bairro do Jardim Botânico (RJ), de uma série de *arrastões* que se sucederam naquele território e de uma reunião pública que juntou a vizinhança - reconstitui um enredo, aqui tratado como um drama social - procurando dar conta de como a ação coletiva dos vizinhos se foi desdobrando no sentido de (re)estabelecer fronteiras simbólicas e impor lógicas de inclusão e exclusão assentes na diferença.

PALAVRAS-CHAVE:

Vizinhança, Espaço Social, Drama Social, Pertença, Etnografia, Insegurança

Abstract: The links between the structures of the social space and the structures of the physical space, and the position that the place assumes from the relational point of view, express hierarchy and social distances. It also allows anticipating how people and groups perceive the society and situate themselves within it. The current text - depicting the celebration of a party in a square in the Jardim Botânico' neighborhood (Rio de Janeiro), a series of street group robberies that took place in that territory; and a public meeting that joined the neighbours, reconstitutes a plot - here treated as a social drama - seeking to account for how the collective action of neighbours has been unfolding in order of (re) establishing symbolic boundaries and imposing logics of inclusion and exclusion based on difference.

KEY-WORDS:

Neighborhood, Social Space, Social Drama, Attachment, Ethnography, Insecurity

1. Introdução

Nós fazíamos festas belíssimas. Chamávamos quadrilheiros profissionais, até vendíamos cachorro quente. Cada um dava uma coisa e a gente vendia com um preço

¹ Este artigo resulta, em parte, dos trabalhos de doutoramento para a obtenção do grau de doutor em Antropologia (ISCTE-IUL), em particular da etnografia conduzida no Rio de Janeiro. O projeto foi financiado pela FCT. Esses trabalhos foram orientados, no Brasil, pelo Prof. Gilberto Velho (1945-2012), *Professor* Titular, Decano do Departamento de Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, a quem dedico o texto.

² CRIA, Universidade do Minho

muito baratinho e revertia para a associação [de moradores]. Isso faz muitos anos atrás. Passado um período, a rapaziada que trabalhava na associação cresceu e a gente não fez mais isso. Uma pessoa que mora no bairro e que eu prefiro não dar o nome, passou a fazer isso e a divulgar na imprensa. Aí é que tomou uma repercussão na cidade. Não era mais uma festinha de bairro. Então, a pracinha foi invadida por uma quantidade de gente, de estranhos que não tinham nada a ver, não só com as nossas festinhas pequenas, como com as pessoas que a gente conhecia. Foi literalmente uma invasão. E a pracinha, que era um lugar escondido, entrou no mapa da cidade (excerto de entrevista, moradora da praça Nove, agosto de 2008).

A praça Nove (nome fictício), uma vizinhança elitista no Bairro do Jardim Botânico (JB), zona sul do Rio de Janeiro, foi, em 2008, palco de mais uma festa junina - comemorações de Santo António, São João e São Pedro que decorrem em junho - como vinha sendo, mais ou menos, habitual. Conforme o horário e o dia da semana, a praça é o lugar onde as crianças são levadas a brincar e os cães a passear, onde alguns idosos aproveitam para esticar as pernas, onde grupos de adolescentes conversam ou, em par, namoram. Na tipologia de DaMatta (1993:93), a praça seria *uma área de encontros, uma espécie de 'sala de visitas' da (...) cidade.*³ E assim é no sentido em que ela é alvo de uma intensa apropriação.⁴

É espaço de celebração - do carnaval e dos seus diversos blocos; por vezes, dos aniversários das crianças que a frequentam - ou de reunião, em momentos de maior gravidade, quando são discutidos assuntos sérios do interesse geral. É onde acontecem certas de atividades regulares (como o *sebinho nas canelas*, uma troca de livros usados que acontece aos sábados) e outras mais pontuais (como o *mutirão* que serviu para reabilitar uma velha escadaria). É enfim um lugar onde se faz cidade.

Porém, algumas semanas depois da festa - e resultado do que a maioria associou a um comportamento (dissidente) de um vizinho - a mesma praça foi alvo de um arrastão.⁵ Ter-se-ão seguido outros episódios da mesma esfera, protagonizados nas ruas

³ DaMatta, Roberto, **Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro**, Rio de Janeiro, Rocco, 1997 [1979].

⁴ As falas nativas estão assinaladas a itálico, tal como as citações e os conceitos que, nestas duas situações, se distinguem pela indicação da autoria.

⁵ Um arrastão constitui uma técnica de furto/assalto coletivo, mais ou menos organizado, dependendo do grau de espontaneidade da situação. O primeiro arrastão de que há notícia no Rio de Janeiro aconteceu na década de 1980 na praia de Copacabana e o que teve maior repercussão internacional teve lugar, em 1992, na praia de Ipanema. Ver Leite, Márcia, "Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro", **In Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2000, 15, 44, pp. 73-9.

mais imediatas e noutras do bairro. Não obstante, foi a praça que esteve no centro das atenções, constituindo-se como o símbolo último de um “modo de estar” ameaçado.

A circunstância em si, e depois os desenvolvimentos a que deu origem, constituiu um momento de crise que abalou profundamente a unidade social local. O enredo foi sendo elaborado em torno desses incidentes - uma série de *arrastões* levados a cabo por um *bando* nas *ruas transversais do Jardim Botânico* - da sua mediatização por parte da comunicação social e das reações individuais e coletivas, muitas vezes antagónicas, dos moradores. Pela polémica, controvérsia e recriminação que o marcaram, esse momento ocasionou cisões que, não só tornaram indubitáveis como também mais prementes, as disputas que já rompiam as relações de vizinhança.

A par, foram sendo desvendados os valores, os interesses e as (des)lealdades que aproximam e afastam os vizinhos. A crise a que os crimes deram origem foi antecedida pela quebra de uma norma local - a festa - organizada, nesse ano, num formato distinto do habitual. A ela foi atribuída a responsabilidade pela desventura que sobreveio, enredo que é suscetível de ser lido como um *drama social* (Turner, 1978).⁶

Tive oportunidade de conduzir uma etnografia na praça Nove, altura em que me propunha investigar a insegurança em duas cidades: o Porto (Portugal) e o Rio de Janeiro (Brasil), tendo podido participar, no caso do Rio, na ação coletiva que então germinava e que pretendia engendrar soluções para o sucedido. Foi essa a principal razão que lá me levou, primeiro nesse mesmo ano, em 2008, por cinco semanas e, posteriormente, no fim de 2009 e início de 2010, por igual período. A “festa” é aqui um objeto “em diferido” da pesquisa, já que o trabalho etnográfico começa quando a festa já não o é (dando então origem ao drama social). Neste sentido, em termos empíricos, a “festa” não é central como objeto de análise, constituindo-se antes como analisador do modo como as pessoas constroem e legitimam modos de definição do território onde se exprimem universos ideológicos díspares.

Os conflitos a que deu azo terão tornado mais visíveis aspetos que, de outra forma, estariam obscurecidos pelos hábitos do quotidiano, tornando mais evidente o carácter dinâmico, e nalguns aspetos intemporal, das relações sociais. A festa - um fenómeno que integra a vida da “comunidade” e um móbil da ação - é também uma janela de observação, oferecendo ocasião de vislumbrar melhor a vida do lugar, já que

⁶ Turner, Victor, **Dramas, fields and metaphors. Symbolic action in human society**, London, Cornell University Press, 1978 [1974].

será instrumentalizada por diversos atores urbanos e práticas urbanas, sendo mercantilizada e progressivamente inscrita na lógica linear da vida quotidiana (Rodrigues, 2016).⁷ A apropriação do espaço público, enquanto estratégia de gestão da diferença e da desigualdade, foi a solução encontrada para proteger a vizinhança da gigantização (e consequências associadas) que aparenta atravessar a restante cidade.

Começo por descrever como os acontecimentos se encadearam e como ficaram marcados na memória da vizinhança, deixando para as páginas seguintes a análise de como, numa circunstância pública, o conflito irrompeu sob grande tensão, ligando a festa ao infortúnio.

1.2. Questões metodológicas

A praça, como unidade de observação, colocava alguns desafios a uma “expedição” que, no total, mal rondou os dois meses. A vizinhança que ela representa revelava-se grande e de enorme complexidade em termos das fronteiras “naturais” que se lhe poderiam precisar e, talvez mais importante, não necessariamente relevante como um todo para os temas sob análise. Havia assim que localizar *experiências suficientemente significativas*, suscetíveis de serem circunscritas simbolicamente (Velho, 2004:16)⁸, e havia também que fazer refletir as suas relativamente pouco estruturadas *redes sociais* (Mitchell, 1969).⁹

O que estava em causa era a identificação de um campo abstraído da vizinhança mais ampla, composto por pequenas tramas, onde se desenrolassem e se pudessem reconhecer diversas situações distintas de envolvimento individual e, por consequência, de assunção de papéis relevantes no quotidiano local. Como se veio a observar, essas nodosidades moldariam uma determinada relação com a praça. Focando as ligações estabelecidas entre os vizinhos, foi circunscrita uma rede de interação entre pessoas que, tomada como um todo, serviu para iluminar melhor o seu comportamento coletivo. A unidade já não estaria então definida por limites espaciais, mas pelos limites definidos pela situação (Ibid.).

⁷ Rodrigues, Cláudia (2016), *A Cidade Noctívaga: Ritmografia Urbana de um Party District na Cidade do Porto*, Coimbra, FEUC.

⁸ Velho, Gilberto, *Individualismo e Cultura. Notas para uma antropologia da sociedade complexa*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004 [1981].

⁹ Mitchell, Clyde, “The concept and use of social networks”, in C. Mitchell (eds.) *Social networks in urban situations*, Manchester, Manchester University Press, 1969, pp.1-50.

Assim, a identificação precisa da unidade de observação foi sendo efetivamente definida à medida que a investigação foi avançando, já que os seus limites não se definem rigidamente. Até porque a sua *identificação*, a das *entidades observáveis*, é já *parte substancial do próprio processo de investigação etnográfico* (Cordeiro, 2003:3).¹⁰ Quando se fala da praça, fala-se das relações de vizinhança para que ela remete (e não apenas no seu sentido espacial) - ou seja, fala-se de *lugares antropológicos* (Augé, 2005).¹¹ Essas relações são procuradas nos significados nativos, percebidas numa escala apropriada, enquanto totalidades significativas, ao mesmo tempo que são gradualmente explicitadas as suas dimensões identitária, relacional e simbólica.

De resto, o trabalho etnográfico - intensivo e proximal, por definição - assentou na observação dos quotidianos (Jenks e Neves, 2000)¹², tendo sido operacionalizado através da observação participante, com recurso à realização de entrevistas abertas e informais, cuja condução procurou respeitar o mais possível as condições naturalistas de registo que o método aconselha. Como forma de complementar as narrativas elaboradas pelos moradores, foram usadas as notícias publicadas sobre o sucedido pelo jornal Globo, entre julho e setembro de 2008.

2. O lugar e os vizinhos

Antes de avançar, convém ainda esclarecer quem são os que chamam a si “responsabilidades” e “direitos” sobre a praça Nove. Quem são os seus *proprietários*¹³, no sentido dado por Jane Jacobs (1993)?¹⁴ O que os une e o que os afasta? O Rio de Janeiro é, certamente, uma grande metrópole onde coexistem *diferentes estilos de vida e*

¹⁰ Cordeiro, Graça, **As cidades fazem-se por dentro: desafios de etnografia urbana**, Provas de agregação, Lisboa, ISCTE-IUL, 2003, (manuscrito policopiado).

¹¹ Augé, Marc, **Não-lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade**, Lisboa, 90 Graus, 2005 [1992].

¹² Jenks, Chris e Neves, Tiago, “A walk on the wild side: urban ethnography meets the Flaneur”, **In Cultural Values**, 4, pp. 1-17, 2000.

¹³ De acordo com Jane Jacobs (1993) cabe às vizinhanças, a quem chama também *os olhos da rua*, assegurar determinadas funções “naturais”, entre elas, a vigilância. Para a paz social contribuem, então, as redes de vigilância informal, mais ou menos inconscientes, que são postas em marcha pelos seus *proprietários naturais*, ou seja, os vizinhos.

¹⁴ Jacobs, Jane, **The death and life of great American cities**, New York, The Modern Library, 1993 [1961].

visões do mundo (Velho, 2003:14).¹⁵ A diversidade de experiências, de trajetórias, de hábitos e de papéis concorre para uma certa ameaça de fragmentação, que não exclui, simultaneamente, certa dose de unidade. A circunstância alimenta assim a possibilidade da ação coletiva, que se sustenta em crenças e valores pelo menos parcialmente compartilhados.

Os moradores do JB têm em comum, desde logo, o facto de serem moradores do JB, e uma ligação estreita ao lugar. São vizinhos. Por um lado, sem que necessariamente pensem ou ajam enquanto grupo, supõe-se a presença de aspetos comuns *nas suas representações*, assentes em *experiências básicas* também *comuns* e que estão, por sua vez, vinculadas a posições *de estratificação social* (Velho Ibid.:65), bem como a outros elementos que se prendem com o significado do local de moradia. Por outro, registam-se diferentes cosmovisões que se traduzem de inúmeras maneiras. Elas ditam uma diversidade de usos, tanto da cidade como da localidade. Enquanto uns conhecem detalhadamente e participam reiteradamente no que vai sucedendo, outros, numa atitude mais *blasé*, dizem saber das coisas *de ir ouvindo*. Uns mais do que outros vão revelando um maior sentido de propriedade sobre o lugar e, muito embora pese a heterogeneidade, são suscetíveis de ser identificados certos planos que refletem unidade.

À parte delimitações administrativas, vizinhos são aqueles cujo local de moradia, (ou mesmo de trabalho) é próximo; não apenas no sentido em que o território é partilhado, mas no sentido em que as pessoas - os vizinhos - se reconhecem mutuamente como tal e reconhecem igualmente a ligação ao lugar (Hannerz, 1980).¹⁶ Para o seu funcionamento concorrem inúmeros fatores: as circunstâncias materiais do espaço, onde se incluem possibilidades para a delimitação de fronteiras, bem como o grau de fechamento da área, a permeabilidade à participação de outros, o grau de compromisso em empresas comuns e/ou o investimento que é feito naquele e noutros lugares (Ibid.). Esses são elementos que integram o jogo que se joga entre a privacidade e o anonimato, entre o que é público e o que é do foro íntimo, fazendo a convivalidade dos sítios.

A praça está engastada no sopé do Corcovado. O acesso àquele pequeníssimo semicírculo faz-se a partir da rua do Jardim Botânico, de tráfego muito intenso. De

¹⁵ Velho, Gilberto, **Projecto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2003 [1994].

¹⁶ Hannerz, Ulf, **Exploring the City: inquiries toward an urban anthropology**, Nova Iorque, Columbia University Press, 1980.

sentido único, as duas artérias que lhe dão passagem começam desde logo a antecipar o recato do sítio, uma para chegar e a outra para sair. Um acesso alternativo, interior e pedonal, é tornado possível por uma escadaria, a mesma que foi referida a propósito do mutirão, que plagia, no colorido dos azulejos, uma outra - a escadaria do Selarón¹⁷, na Lapa - conduzindo a outras duas ruas, cujos cumes dos condomínios podem ser avistados a partir da praça, e que, encostando à floresta da Tijuca, a acompanham pelo lado superior.

O espaço está organizado através da disposição do equipamento urbano (um parque infantil, um pequeno campo de futebol). Os prédios elevados em altura, que ocupam em quase exclusividade as ruas residenciais da envolvente, rareiam na praça, sendo substituídos por uma maioria de habitações de dois a três andares, onde está ausente o gradeamento ostensivo que é a tendência em grande parte da cidade. Esta constitui uma marca distintiva da vizinhança. O comércio, exceto no início de uma das ruas de acesso, é inexistente. Os bancos de jardim a toda a volta e um arvoredado denso conferem-lhe uma tonalidade bucólica.

A maioria mantém com a praça uma relação estreita - porque a frequentam regularmente, porque a frequentam os seus filhos, porque estão ou estiveram envolvidos em movimentos de preservação do bairro. A história da associação de moradores local começa precisamente quando, cerca de 30 anos antes, os moradores se organizaram para impedir o derrube de uma figueira centenária numa rua próxima. Outros exemplos dos *momentos gloriosos* das coletividades locais incluem *lutas de bravos lutadores* contra a instalação de uma *via para o trem bala*, de um *viaduto na rua Jardim Botânico*, de um *condomínio* numa das encostas da floresta da Tijuca ou de um *hipermercado* nas proximidades, coisas que iriam *denegrir o bairro* e *diminuir a qualidade*. A ação coletiva está, portanto, concertada em torno da preservação das suas virtudes e da ordem estabelecida.

São sobretudo profissionais liberais - *designers*, arquitetos, tradutores, jornalistas, professores, gestores, artistas. O perfil pode ser definido por um conjunto de critérios que vão além da dimensão económica: a qualidade da habitação, a capacidade de empregar terceiros ao seu serviço, hábitos de lazer que incluem a participação na vida cultural e social da cidade, a possibilidade de viajar para fora do país, deter

¹⁷ Jorge Selarón, chileno, radicado no Rio de Janeiro, deu início, em 1990, por iniciativa própria, à renovação da então degradada Escadaria do Convento de Santa Teresa, adornando-a com azulejos. Em 2005, a escadaria foi *tombada*, ou seja, identificada como património oficial da cidade, reconhecendo-se-lhe valor artístico e cultural. Em circunstâncias pouco claras, o artista foi assassinado em 2013.

formação superior e/ou uma ocupação intelectual. O que distingue estas pessoas não é tanto o rendimento, mas um estilo de *consumo sofisticado*.¹⁸

Não se trata propriamente de um lugar *habitado por ricos no sentido que aqui damos a rico*, foi-me explicado. A reserva parece ser consensual e generalizada quando se trata de manifestações exteriores de riqueza, embora se possa dizer que se trata de um universo intelectualizado, abonado, bem relacionado e com prestígio social. Os moradores tendem, de forma geral, a integrar uma elite em termos de capital social e cultural, o que os coloca em posição de influenciarem as instâncias produtoras de discurso.

Embora se trate de um espaço de transição, no sentido em que leva de um sítio a outro, a praça remete para uma atmosfera de uma quase privacidade, transformando facilmente o transeunte num forasteiro. A frequência de outros utilizadores da cidade é reduzida. A malha social é apertada, pouco porosa para o exterior, bem observável pela quase ausência de outros que não residentes, aspetos que parecem concorrer para a impressão de que o lugar é um segredo apenas partilhado pela rede de vizinhança.

As relações de interconhecimento longamente desenvolvidas, a impressão de todos se conhecerem, bem como a tonalidade afetiva que acompanha as manifestações de apreço pelo local de moradia, são comuns e apontados com insistência. A praça funciona assim como um catalisador das relações entre vizinhos. Porque remete para redes de interação e de pertença, ela é um símbolo e *um fator de agregação*. Como me é dito e repetido sob diferentes formas, *as pessoas gostam e unem-se pelo bairro*.

3. Os arrastões: tecendo o enredo

Como tinha avançado, no início do inverno de 2008, a praça foi palco de um conjunto de assaltos. A influência recíproca entre as narrativas locais e aquelas veiculadas pelos *media* foi evidente. A comunicação social foi debitando informação acerca do sucedido e das ações que daí resultaram, tendo, por essa via, um papel homogeneizador nos discursos. Depois, foi acusada de uma quota-parte da responsabilidade pela notoriedade que a praça teria vindo a adquirir, notoriedade que teria guiado a *quadrilha* até àquele *lugar perfeito*.

¹⁸ Para uma descrição e análise dos elementos que contribuem para a constituição de uma “classe dominante”, a “aristocracia de estratos médios”, ver Velho, Gilberto, **Nobres e anjos. Um estudo de tóxicos e hierarquia**, Rio de Janeiro, FGV Editora, 2008 [1998].

Não houve propriamente um consenso acerca dos factos. Por exemplo, o número de arrastões mencionados variou enormemente. Nem todos viveram de forma igualmente intensa aqueles acontecimentos. Muitos deles ouviram apenas falar através dos vizinhos ou limitaram-se a tomar conhecimento através da imprensa. Uns referem a *incursão de uma quadrilha por umas oito ou dez vezes, nessas ruas daqui*. Outros referem ter sabido *de porteiro falando que foram dois arrastões e que depois saiu no jornal alguma coisa*. Outros ainda relativizaram a sua importância ao explicar que em *Copacabana ou na Tijuca isso acontece aos borbotões e se dilui. Nessa pracinha maravilhosa, pelo contrário, eles ganham mediatismo*. Foram, em todo o caso, dois os arrastões que marcaram de forma mais indelével a memória coletiva, aconteceram ambos na praça e envolveram vizinhos próximos e outros mais distantes.

A primeira notícia divulgada dava conta de que *três homens armados com pistolas terão assaltado vários motoristas (...). Eles roubaram pelo menos uma moto e um Astra, além de levar bolsas, carteiras, relógios e celulares de motoristas que passavam em ruas transversais* (Globo, 8 de julho). O horário, ainda cedo, no fim da tarde, e o perfil das vítimas, pais e babás, deram origem - pela *ousadia* dos bandidos - à maior indignação. Dois dias depois, o bairro voltava a ser notícia, agora a propósito daquelas ruas continuarem sem o policiamento que seria *obviamente* necessário (Globo, 10 de julho). O arrastão teria sido, segundo a mesma peça, composto por cinco assaltos diferentes em ruas diferentes do bairro.

Na fala dos moradores, os assaltantes, fortemente armados, beneficiando do desenho da praça, de um só sentido para o trânsito, *embicaram o carro em que seguiam noutro carro, impedindo-lhe a passagem, e foram passando rodo de carro em carro. Assaltaram ainda alguns pais que passeavam com os filhos*. A 15 de agosto, o jornal Globo dava conta de um novo arrastão que teria agora feito mais de 20 vítimas em *ruas do Jardim Botânico*.

Algumas das convicções acerca das singularidades do lugar são essenciais para compreender os sentimentos de revolta, a impressão de que a privacidade da vida no bairro havia sido devassada, a quebra da confiança num quotidiano tido por protegido, a sensação de que haviam sido traídos. Como dizia, nem todos viveram de forma igualmente intensa o momento. Contudo, para alguns com quem tive oportunidade de conviver, essas *invasões*, um dos termos usados para referir os assaltos, foram sentidos

como uma espécie de *infortúnio* (Douglas, 1996)¹⁹ que se abateu sobre a vida da vizinhança e ao qual foi necessário dar um sentido.²⁰

4. A festa: conflito e acusações

A generalidade dos moradores com quem conversei (por exemplo, elementos associação de moradores do JB, os responsáveis por um dos jornais do bairro, um comerciante local), ainda que fazendo parte de grupos distintos e, em alguns casos, em pouca harmonia, participam das mesmas redes de interação e assim acedem aos mesmos canais de informação. Eles partilham uma teoria razoavelmente consensual que organiza aquele emaranhado de acontecimentos de acordo com uma causa e certas consequências e, sobretudo, distingue a *culpa* (Douglas, 1996) a atribuir.

Segundo uma primeira versão, que depois veria repetida com poucas variações, teria sido a festa junina, organizada por um dos vizinhos, a responsável pelo sucedido. Esse morador teria, cerca de dois anos antes, *registrado o evento na Prefeitura e vendido lotes na praça*. O acontecimento local tornara-se rapidamente num *negócio da cidade*, passando dos cerca de 150 participantes das festas anteriores, na maioria residentes e amigos, para a participação de cerca de duas a três mil pessoas.

A festa, antes organizada e celebrada pelos moradores e, por isso mesmo, *muito controlada e segura*, transformou-se, devido à quebra da norma, de um *acontecimento local num negócio da cidade*. *Às três da manhã, havia gente vendendo cerveja à minha porta - é lamentado - virou um inferno com hordas de garotos chegando*. A visibilidade adquirida traria, na convicção da vizinhança, consequências dramáticas ao quotidiano, quer do ponto de vista da segurança quer do da ordem e da civilidade. A relação sensível entre a cidade e o lugar dissolvera-se e os utilizadores anónimos passaram a servir-se da praça que antes estaria (quase) confinada a uma rede de relações de proximidade.

Mas há mais de inconveniente nessa festa. Não se trata de quaisquer anónimos, mas de uma multidão que *urinava pela calçada, nas rodas dos carros*. Gente que, às

¹⁹ Douglas, Mary, **Risk and blame. Essays in cultural theory**, London, Routledge, 1996 [1992].

²⁰ Mary Douglas utiliza o termo *infortúnio* (em inglês, *misfortune*) a propósito de como as comunidades mobilizam argumentos para explicar esse tipo de evento. Douglas avança que as comunidades tendem a privilegiar um entre diversos tipos de explicação dominante: a atribuição de tipo moralista, a atribuição à ação de um adversário; e a culpabilização de um inimigo externo - não necessariamente alguém de fora, mas um traidor secreto e desleal (em inglês, *hidden disloyal traitor*). Neste último caso, a comunidade tende a estabelecer uma punição de caráter também comunitária.

cinco da manhã, estava botando funk. De notar que o *funk carioca* está, desde os anos 80, associado à juventude urbana pobre das periferias, como mostrou Hermano Vianna (1987)²¹, e os seus bailes ligados às favelas e ao imaginário em torno do narcotráfico (Piccolo, 2008)²², cruzando-se pontualmente com a vida dos jovens das camadas médias, o que é motivo frequente de perturbação (Silveira, 2008).²³

Outrora quase privada, a praça ter-se-á transformado num lugar *participado* e *partilhado* pela restante cidade. *Mas eles tomaram conhecimento da praça como?* insistia-se ainda. A resposta estava já elaborada:

Devido a uma reportagem que foi feita no ano retrasado sobre a festa junina. Foi feita uma reportagem com esse organizador da festa falando que aqui era maneiro, que era lindo, que era área valorizada, que só moravam artistas e pessoas intelectuais e que apartamento de dois quartos ficava na média de 500 a 600 mil reais. Então, de posse dessas informações, acredito eu, essa quadrilha foi... Um mês depois começaram os assaltos. Foi por causa dessa propaganda até certo ponto enganosa e negativa. Uma área valorizada, é, mas também não tem só milionário. Não é assim, entendeu? Mas o cara foi falar assim (excerto de entrevista, comerciante local, janeiro de 2010).

Os *media* não teriam feito mais do que ampliar a dimensão do evento. A questão que indignou a vizinhança não foi propriamente a organização da festa, já que muitas outras festas haviam sido organizadas antes. A quebra da norma local prende-se, em bom rigor, com os fins essencialmente comerciais que lhe estiveram subjacentes, aspeto que estaria em franca contradição com a preferência por atividades de *resgate cultural*. *É pura exploração comercial, foi-me adiantado, o que começou uma coisa pequena, virou uma coisa grande.*

O brio que se pôde observar a propósito das descrições que os moradores fizeram da vida no bairro, a modéstia com que procuraram caracterizar as questões de estatuto, o resguardo com que mencionaram temas de ordem económica, a par dos cuidados que colocam na preservação do “modo de estar” local, protegendo-o das transformações que atravessam o resto da cidade está em sintonia com o pudor que

²¹ Vianna, Hermano, **O baile funk carioca. Festas e estilos de vida metropolitanos**, Tese de doutoramento, Rio de Janeiro, Museu Nacional da UFRJ (manuscrito policopiado), 1987.

²² Piccolo, Fernanda, “Os jovens entre o morro e a rua: reflexões a partir do baile funk”, In G. Velho (ed.) **Rio de Janeiro. Cultura, política e conflito**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2008.

²³ Silveira, Liane, “Em busca das namoradas de fé”, In **Sociologia, Problemas e Práticas**, 57, pp.25-49, 2008.

agora exteriorizam acerca da possibilidade de o espaço da praça ser usado com objetivos de lucro pessoal.

Norbert Elias (2006)²⁴ menciona, a propósito, a disposição que as franjas médias e altas da sociedade têm de se *distinguir*. O caráter cultural das atividades constituiria a sua marca distintiva e a festa, nos moldes em que aquela decorreu, não teria espaço aí. A norma reguladora da interação entre as várias pessoas e grupos, mais tácita que explícita, foi quebrada num contexto social relativamente estável e, como antecipa Turner (1978:38), apontada como *um símbolo óbvio de dissidência*.

Howard Becker (1991)²⁵ explica também nas primeiras páginas de *Outsiders* que as regras sociais definem as situações e o tipo de comportamento apropriado a elas. Determinadas iniciativas são adequadas e outras não. Quando uma regra é desafiada, a pessoa que supostamente a transgrediu é vista como alguém que não é de confiança e tida como sendo *de fora*. Os moradores sentiram necessidade de justificar e de se afastar desse morador que, aproveitando as qualidades do bairro, as quis rentabilizar, colocando em risco toda a vizinhança.

Naturalmente, como havia avisado Mary Douglas (2008)²⁶, esse morador, o morador desleal que nunca teve oportunidade de conhecer, já seria impopular e o seu comportamento considerado fora do lugar, perigoso, poluído. O seu estatuto é ambíguo e a sua posição intersticial. *É uma pessoa que mora no bairro e que eu prefiro não dar o nome, foi-me dito. Nunca vi mais gordo ou mais magro. Ele é morador no bairro, mas é outro envolvimento*, o que mostra como a moradia não é garantia de pertença.

Os vizinhos não se detiveram a refletir sobre o peso que as atividades por si organizadas tiveram na notoriedade da praça, incluindo outras festas, como relata uma das moradoras na epígrafe que abre este texto. Pelo contrário, essas iniciativas constituiriam uma forma de tomar *conta do seu território*. Também não se detiveram muito em acusações aos assaltantes que seriam, com razoável prontidão, capturados pelas forças de segurança. Foi-me dito em diferentes ocasiões, por diversos

²⁴ Elias, Norbert, **O processo civilizacional. Investigações sociogenéticas e psicogenéticas**, Lisboa, Dom Quixote, 2006 [1939].

²⁵ Becker, Howard, **Outsiders. Studies in the sociology of deviance**, New York, The Free Press, 1991 [1963].

²⁶ Douglas, Mary, **Purity and Danger. An analysis of concept of pollution and taboo**, Londres, Routledge, 2008 [1966].

interlocutores, que *quando você não está tomando conta do seu território, pequenas invasões podem ocorrer*; que se trata de *uma irresponsabilidade do morador consigo mesmo*; e que *a saída é ocupar a praça*. As fronteiras antes tão delicadamente geridas perderam a sua função contentora - a de encerrar o espaço simbolicamente.

Defender a praça Nove equivale também a defender o seu estatuto e o estatuto daqueles que lhe estão ligados. Embora as fissuras criadas pela festa tenham sido prontamente resolvidas pela *expulsão* simbólica das redes de interação do *culpado* e a ação dos assaltantes contida, pela morte de um e pela prisão de outro, a forma como a coletividade procurou, ainda em 2008, gerir a crise redundou noutros tantos conflitos.

5. A reunião: poder e democracia

Quebrada a norma naquele *terreno*²⁷ e não tendo a situação sido prontamente sanada - até porque a continuidade dos arrastões não o permitiria - a perturbação geral ganhou dimensão, dilatou-se e escalou. O encontro em que participei, na praça, no fim de um dia de agosto, teve lugar em plena crise. Surgiu na sequência de *uma troca de emails* entre alguns moradores que foram assumindo, com maior ou menor intencionalidade, um papel de liderança no desenrolar do processo. Tornaram-se, entretanto, os meus principais interlocutores. A repetição das *invasões* e o consenso acerca das circunstâncias que as envolveram justificou a participação massiva dos vizinhos e o evento reuniu cerca de cem pessoas, moradores das imediações.

De notar que o rumor, apoiado em parte nas narrativas veiculadas pela comunicação social, já se havia encarregado de uniformizar suficientemente algumas das posições. Uma questão não merecia qualquer controvérsia - a convicção, transformada em acusação, de que terá sido a festa junina, organizada com fins lucrativos, a despoletar as sucessivas investidas criminais que trouxeram a desventura ao lugar. Outros temas seriam alvo de maior polémica.

Quando cheguei à praça Nove, nessa noite, os presentes iam conversando num tom baixo e respeitoso, o que não impedia que o clima estivesse marcado por alguma tensão, antecipando o dissenso acerca de certas medidas a tomar. Tratava-se de uma situação de grande densidade social, particular e bem delimitada, envolvendo atores específicos, ocupados num processo de negociação e definição da realidade. O principal

²⁷ O sentido de terreno é, aqui, o tomado por Victor Turner (1978:17), correspondendo ao domínio cultural, abstrato, onde os paradigmas são formulados, estabelecidos e também onde eles entram em conflito. Esses paradigmas consistem em conjuntos de regras a partir das quais várias sequências de ação social são geradas e/ou excluídas.

objetivo era delinear uma estratégia para fazer frente à ameaça que dominava o dia a dia. A expectativa de conseguir reverter a situação trazia a vizinhança disponível para o compromisso e encerrava ainda potencial para a ação coletiva. A capacidade de agir coletivamente não constitui uma novidade para os moradores do JB, que já haviam travado outras *batalhas*, idênticas à que agora se esboçava, sempre com a finalidade de preservar os predicados do bairro e a ordem local.

São diversas as razões que levam alguns a procurar liderar o coletivo, seja o gosto pelas *questões* da *segurança*, seja o gosto pela *mobilização* e por *pressionar os poderes*. Alguns desses interlocutores são mães e referem-no regularmente, dando nota de que essa é uma variável relevante para as decisões que vão tomando. Alguns já gozam de certo protagonismo por atividades conduzidas anteriormente: a participação em organizações do bairro, como a associação de moradores, a responsabilidade pelos jornais de circulação local, a presença antiga no comércio local. As iniciativas que tomaram antes entre mãos trazem-lhes visibilidade e permitem-lhes participar de redes de interação estreitas. O estatuto e o papel social funcionam como mediadores de uma participação diferenciada

A reunião começou por servir para implicar a vizinhança na discussão acerca de um conjunto de possibilidades que já vinham a ser pensadas: a instalação de câmaras de videovigilância e de quebra-molas na estrada, a colocação de uma cancela no início da rua, a contratação de uma empresa de segurança privada que substituísse os vigilantes atuais, a constituição de uma nova associação, cuja função e especificidade, distinta das outras que já operam naquele território, fosse garantir a segurança da praça.

Teve ainda um efeito imprevisto, o de revelar a presença de um conjunto de *vizinhos ilustres* - expressão utilizada com alguma ironia - detentores de contactos importantes junto do *poder*. Por exemplo, *em casos como este* - de crise - seria possível pedir a *instalação de câmaras de vigilância diretamente ligadas ao comando da Polícia Militar*. Dada a sofisticação e o valor elevado do equipamento, seria necessário tratar-se de uma pessoa *importante* a solicitá-lo.

Mas a vida social é um processo complexo, cheio de contradições, e a realidade alvo de uma negociação mais ou menos constante, sendo por isso de esperar que o conflito tome parte dela. As posições extremam-se quanto às medidas a tomar, à ideia de cidade, ao papel do Estado e ao funcionamento da democracia. O drama social emerge precisamente das situações de antagonismo, constituindo ocasião para os

valores se revelarem, para mobilizar aspirações e ambições, lutas pessoais ou de grupos, colocando em confronto interesses para os quais são convocadas as redes sociais possíveis (Turner, 1978). O processo de acusação não se esgota naquele morador que corrompeu primeiramente a norma. Enquanto a principal questão colocada - preservar o lugar - acolhe entre os presentes toda a unanimidade, não se pode dizer o mesmo acerca dos fins para o alcançar.

A qualidade e a eficácia do esquema de segurança privada a funcionar esteve na ordem de trabalhos. Alguns moradores insinuaram a possibilidade de terem sido os próprios vigilantes a darem *a dica pros bandidos* que depois *invadiram* a praça. A estas observações foram sendo contrapostas outras que preferiam valorizar as ligações afetivas longamente estabelecidas com os vigilantes *amadores*, desarmados e eventualmente impreparados para lidar com a extensão da ameaça, mas *parte da história de vários moradores*, conhecedores dos seus hábitos, integrando a rede de prestadores de serviços, a par de outros funcionários do mesmo espectro, como as babás, os porteiros ou as empregadas domésticas. Um dispositivo securitário mais visível e mais pesado, como alguns propunham, implicaria inúmeras transformações no quotidiano.

Se alguns haviam insistido na ideia de que não lhes agradava *ter gente armada*, outros alertam para o perigo de estas seguranças se constituírem como *olheiros do crime*, uma vez que passariam a integrar o dia a dia e a ter a oportunidade de assim apreciar as rotinas de todos. A circunstância combinaria pouco com a representação bucólica que a generalidade tem da vizinhança. Havia a recear que se perdesse o “espírito” da praça. Alguns temem represálias se ou quando quiserem dispensar esses serviços. Aqueles que viriam a assumir a responsabilidade pela segurança de todos, constituiriam, em simultâneo, um eventual risco acrescido. Os perigos implicados num compromisso com uma empresa profissional complicam enormemente a decisão.

Alguns dos homens jovens presentes defende uma postura *pragmática* face ao que *há a ser feito*, insistindo na necessidade de sofisticar o sistema de vigilância e sugerindo a constituição de uma nova associação que trate exclusivamente as questões da segurança. Todavia, outros criticam o *andamento das coisas*, teimando na necessidade de conversar *porque é assim numa democracia*, cujo exercício não se pode fazer sem diálogo. Há também quem insista que esse diálogo é apenas uma *formalidade*. Vão sendo assim esboçadas duas posições antagónicas - os que escolhem preservar o

espírito do lugar, mantendo as figuras habituais da sua paisagem e optando antes por pressionar o poder público para agir no sentido de garantir a segurança coletiva, e aqueles que estão dispostos a prescindir de algum bucolismo em troca de um sistema de segurança mais eficaz.

As duas posições correspondem a tendências ideológicas distintas que, sem se reduzirem necessariamente a uma questão política, se prendem - e a definição é tomada de Velho (2002:66)²⁸ - com as representações que indivíduos pertencentes a certas franjas sociais têm a respeito da *distribuição de poder dentro da sociedade*. O que está em causa é a convergência para o espaço social, no sentido de Bourdieu (2001)²⁹, de pontos de vista distintos, concorrentes e conflitantes. A *luta política* (Ibid.) que se vai esboçando procura impor uma determinada visão do mundo social como a visão legítima.³⁰

A vontade de fazer cidade não excluiu o conflito e questões mais profundas emergem, transportando outras por empréstimo. Pesa o lado financeiro, um tema sensível. A segurança é paga. Todavia, nem todos os moradores contribuem financeiramente para a despesa. A contratação de novas seguranças obrigaria a mais que triplicar o número de moradores pagantes e levanta, por isso mesmo, outro conjunto de questões de resposta difícil. Como se proceder à recolha do dinheiro? Que garantia haveria de que cada morador de facto pagaria? Seria a própria empresa a recolher esse valor ou seriam os moradores a organizar-se nesse sentido?

O que sucede é que uns pagam a segurança dos outros, circunstância que, sentida como injusta e agravada pela tensão gerada pelos arrastões, faz exacerbar o clima de crise. Porque implicaria assumir um compromisso *milionário* com uma empresa, sem a garantia de que cada vizinho honraria, depois, esse compromisso. A dificuldade prende-se essencialmente com questões de confiança mútua.

O impasse dá azo à insistência em fazer *pressão junto do poder público* e em promover *ocupação física da praça* como estratégia de *aumentar a segurança*. O tom do debate vai amargando progressivamente. O impasse desencadeia ainda conflitos sob

²⁸ Velho, Gilberto, **A utopia urbana, um estudo de antropologia social**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002 [1989].

²⁹ Bourdieu, Pierre (2001) [1997], *Meditações pascalinas*, Rio de Janeiro, Bertrand.

³⁰ Pierre Bourdieu (2001:226) diz que *o espaço social*, noutras palavras, *a estrutura das distribuições*, é o *fundamento das tomadas de posição antagônicas sobre o espaço*, ou seja, *sobre a distribuição e, ao mesmo tempo, um móvel de lutas e de confronto entre os pontos de vista*.

a forma de acusações, tomando, no caso, a cadência de um movimento dramático. Os momentos de controvérsia e de recriminação, como havia feito notar Douglas (2008), seriam oportunos para fazer cristalizar as ansiedades e distinguir competências, confianças e legitimidades. Ouve-se, entre o burburinho, comentários repetidos: *tem gente que vive no JB que não tem condições de viver aqui; neguinho sempre se deu bem nessa praça; todo o mundo queria, mas na hora de meter a mão no bolso...* Note-se que os serviços de segurança constituem um bem de luxo acessível apenas a uma minoria e a sua utilização confere um certo prestígio. As observações têm implícitos julgamentos acerca do estatuto social e económico dos vizinhos que, se ameaçado, é suscetível de contaminar o próprio estatuto do lugar, contaminando, por essa via, o dos moradores.

A questão não é, todavia, redutível a um jogo de ganhos e perdas em termos de prestígio ou da mera manipulação de interesses pessoais, embora eles possam estar presentes. O debate está marcado pela emoção, o clima é de tensão e o quotidiano encontra-se comprometido. A procura de soluções é sentida como premente. A forma como essas soluções são colocadas em marcha está, porém, profundamente dependente das representações que os vizinhos têm de si e do lugar de moradia.

No drama que se vai desenrolando, os grupos conflitantes e os que os representam procuram afirmar os seus paradigmas, na nomenclatura de Turner (1978), ao mesmo tempo que tentam esvaziar os dos seus adversários. A questão inicial ainda se desdobra e complexifica. Para alguns dos presentes - os mesmos que não estão dispostos a prescindir do bucolismo da praça - contratar uma empresa de segurança privada corresponderia a admitir a incapacidade do Estado em exercer funções que são suas por direito e obrigação. É tido como uma espécie de *desistência*, de *incapacidade de reivindicar* algo que é do âmbito da cidadania - *é a polícia que é responsável pela segurança, não cabe ao cidadão fazer isso*. Uma senhora de meia-idade mostra-se particularmente irada - *pagamos o imposto mais elevado do mundo, só a Alemanha paga mais, e não temos educação, nem saúde, nem segurança*.

Outros insurgem-se contra ela, sentindo necessidade de a *chamar à realidade*, lembrando-a de que se *encontra no Brasil*. *Vamos ser pragmáticos, já pagamos o colégio dos nossos filhos, já pagamos plano de saúde, podemos pagar segurança também*. A unidade habitual ou aparente em torno daqueles que se identificam como *proprietários* da praça estilhaça-se temporariamente e o processo de acusação é retomado de forma mais dilatada.

Os mais pragmáticos não só entendem ser função da vizinhança ocupar-se diretamente das questões da segurança, como lhe atribui parte da responsabilidade pelo que vai sucedendo. À inoperância institucional, contrapõe-se *a inoperância dos moradores*, cujas frentes dos prédios não estarão devidamente iluminadas. *É uma irresponsabilidade do morador consigo mesmo, avança. E a tua casa que está apagada? Tem gente que está roubando bicicleta direto; é lógico, neguinho deixa a bicicleta do lado de fora. Na moral, estão pedindo, por favor, leve.*

De um ponto de vista ideológico, a duas posições, que não cobrem necessariamente todo o espectro de possibilidades, correspondem a linhas de ação, iniciativas e comportamentos coletivos distintos no que toca à preservação do lugar. Ainda que ambas pretendam ser reforçadoras da territorialidade, uma delas rejeita assumir o papel que entende ser do Estado, preferindo o recurso a formas de pressão sobre as autoridades, enquanto a outra privilegia a intervenção privada sobre o espaço público. Está em causa uma visão da sociedade e do Estado na sua regulação. Contrapõe-se o poder público à iniciativa privada, o que pode resumir, em última instância, a oposição entre ideologias de esquerda e de direita.

A reunião termina dando espaço a que certos mecanismos que restabeleçam a ordem, o terceiro momento do drama social de acordo com o esquema de Turner, sejam postos em marcha, mesmo que apenas do ponto de vista simbólico. Com o objetivo de recolher apoio para a solicitação da cancela, bem como de reunir consensos para a criação da nova associação de moradores foi *conduzida uma manifestação* ainda nesse mês de agosto de 2008, num sábado de manhã, aproveitando o movimento gerado pelo *sebinho nas canelas*.

No seu seguimento foram conseguidas pequenas alterações. A presença e a relação de proximidade estabelecida com alguns elementos das forças de segurança, grandemente proporcionada pela rede local de contactos, permitiu um certo apaziguamento. Sob a orientação da Polícia Militar, os vigilantes irão modificar algumas práticas de forma a melhorar a sua eficiência. Em 2010, quando regresssei ao terreno, parte das ruas das imediações podiam contar com quebra-molas e, ao contrário das câmaras de videovigilância, a autorização para a instalação da cancela havia sido conseguida. As restantes possibilidades haviam sido, por um motivo ou por outro, descartadas. O projeto da nova associação de moradores, não resistindo aos conflitos de interesse, nunca chegou a concretizar-se. O número de participantes nas reuniões

convocadas posteriormente foi-se reduzindo substancialmente. Alguns dos vizinhos estavam de relações cortadas.

6. Em jeito de conclusão: tomando conta, definindo fronteiras

Os significados que as pessoas atribuem aos lugares não lhe são intrínsecos. São fabricados na interação social. O mesmo sucede com certos atributos que se apõem à praça Nove, espaço de pertença, de apropriação, de interações e de cruzamentos frequentes. Gilberto Velho (2002) mostrou bem como, através da hierarquia entre bairros, as pessoas percebem a sociedade e se situam dentro dela, expondo, no fundo, as ligações entre as estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico e, nelas, a posição que o lugar assume do ponto de vista relacional. Aliás, *não há espaço em uma sociedade hierarquizada*, diz Pierre Bourdieu (1997:160)³¹, *que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo “efeito” de naturalização*. Assim, os campos sociais situam-se num determinado sítio do espaço social, que é também espaço físico, e que se podem definir pela sua relação com outros e pela distância que os separa.

O incidente encerra dois tempos - aquele em que a praça, sendo insondável, estaria a salvo das predações habituais noutras partes da cidade - e um outro, depois do protagonismo alcançado, em que o lugar teria ficado exposto à ameaça. A estrutura do drama vivido organiza-se assim através das relações no tempo. Grande parte dos vizinhos não estava nem passou a estar envolvido nas redes sociais que *vigiam* a praça ou, de forma geral, o bairro. Porém, constituindo-se como uma fratura temporal que demarca bem um antes e um depois e, por pouco provável que o sítio estivesse, até então, absolutamente salvaguardado de investidas criminais, o sentimento geral foi que, *de repente, o bairro passou a fazer parte dos índices de insegurança da cidade*.

A gente se cuida e cuida pelos outros também, é explicado. É esse o fardo que os vizinhos tomam para si - o de manter a segurança, tornando-se *proprietários naturais* (Jacobs, 1993), responsáveis pela manutenção da paz social. São deles os *olhos* da praça. Mas, ao contrário da espontaneidade que Jacobs pressupõe, esse processo é aqui intencional. É assim que o compromisso traz a vizinhança numa empresa comum. O

³¹ Bourdieu, Pierre, “Efeitos do lugar”, In P. Bourdieu (org.) **A miséria do mundo**, Rio de Janeiro, Vozes, 1997.

programa dos “pragmáticos” consistia em *tomar conta*, comportamento territorial que, mesmo consideradas as diferenças que os apartam, os “bucólicos” também revelavam, apesar de melhor se definirem pela intenção de *ocupar* e de *mobilizar*. Como mecanismo de reforço da adesão à norma, a territorialidade é mais acentuada em espaços próximos de casa que, sendo centrais ao cotidiano, são aqueles sobre os quais as pessoas sentem maior responsabilidade (Taylor, 1989: 954).³² É também aí que elas são menos tolerantes com a disrupção. A indignação geral, por um lado, e o consenso em torno do sucedido, por outro, revela bem como a rede de interações pode ser apertada. A pronta exclusão do morador *desleal* é, por si só, elucidativa.

O simbolismo que a praça detém e a sua preponderância na rotina da generalidade sugere uma territorialidade acirrada, expressiva da vinculação ao lugar, reguladora do acesso ao local e às atividades que nele decorrem, bem como da relação entre residentes e entre estes e os estranhos. Os sentimentos e as práticas convocados em torno da praça produzem aquele lugar, já que espacializar significa localizar as relações sociais e a prática social no espaço, tornando-as uma realidade significativa (Low, 2000).³³ Nesse processo, vão sendo revelados os mecanismos que subjazem à construção da realidade e dos seus múltiplos significados.

A relativa unidade ideológica que pessoas com experiências, trajetórias, hábitos, estilos de vida e cosmovisões distintas mostram a propósito da defesa do seu bairro, ainda que divididas entre o “pragmático” e o “bucólico”, revela-se na partilha de uma ameaça que parece dizer respeito a todos. Subsiste assim uma experiência comum - a representação da cidade perigosa vislumbrada a partir dos limites da vizinhança. Em contraponto com o lugar - puro, recolhido, seguro, escondido - a cidade é barulhenta, confusa, perigosa, marcada pela diferença, enfim, poluída, no sentido de Mary Douglas (2008). Não que se queira insistir na ideia da *cidade partida* (Ventura, 1994)³⁴, amplamente criticada (Valladares, 2005).³⁵ Serão múltiplas as trocas que se operam entre os diversos lugares que compõem a cidade, como revelam os moradores da

³² Taylor, Ralph, “Toward an environmental psychology of disorder”, In D. Stokols e I. Altman (Eds.) **Handbook of environmental psychology**, New York, Wiley, pp.951-986, 1989.

³³ Low, Seth, **On the plaza: the politics of public space and culture**, Austin, University of Texas Press, 2000.

³⁴ Zuenir, Ventura, **Cidade partida**, S. Paulo, Companhia das Letras, 1994.

³⁵ Valladares, Lícia, **A invenção da favela**, Rio de Janeiro, FGV, 2005.

vizinhança quando descrevem as suas andanças pelo Rio de Janeiro. Ainda assim, os binómios simplistas determinam certos mapas mentais da cidade, reproduzindo narrativas e práticas que erguem barreiras e multiplicam regras de evitamento e de exclusão. Sem aquela representação, a vontade de definir fronteiras estaria decerto ausente.

Esta constatação devolve-nos a uma das questões iniciais - quem são os donos da praça? O facto de pertencerem a franjas socioeconómicas elevadas permite pressupor a articulação até certo ponto de um repertório comum de experiências, tradições, crenças, valores. Foi dito que, mais do que a partir dos seus rendimentos, os moradores do bairro poderiam ser mais bem caracterizados em termos do seu capital sociocultural. É agora oportuno acrescentar que o discurso social da generalidade é sofisticado, complexo e politicamente engajado.

As pessoas procuram, de forma geral, distanciar-se daquilo que, a seu ver, promove ou tem subjacente lógicas excludentes - nomeadamente, assentes na diferença (ver Cunha e Durand, 2016)³⁶, ainda que esta não seja necessariamente produtora de desigualdade. Trata-se de uma narrativa que, do ponto de vista ideológico, rejeita uma sociedade fundada em disparidades de ordem social e económica, evitando sentidos que juntam de forma linear cor da pele ou classe social ao crime. Mas, sem conseguir sair totalmente dessa linearidade, a que associa privação e crime, a insegurança é atribuída à pobreza e à desigualdade que todos gostariam de ver mais bem combatida.

No plano político, aquelas posições traduzem-se por um conjunto de preocupações, como as que respeitam à distribuição mais igualitária dos rendimentos ou o acesso a certos bens - saúde, justiça e educação - tidos como de direito. Tal não significa que a maioria dos moradores seja necessariamente “de esquerda”, lugar da paleta ideológica onde aqueles valores são tradicionalmente queridos, ainda que a esmagadora maioria discorde da pena de morte, da responsabilização criminal abaixo dos 16 anos, das políticas liberais em torno do porte e uso de armas ou com a penalização do consumo de drogas, embora este tópico reúna menos consenso.

O discurso afasta-se daqueles que tendem, por exemplo, a responsabilizar os *pobres* pelo seu número elevado de filhos, conforme ouvi noutros contextos, e que defendem a tomada de medidas restritivas da natalidade. Ou daqueles que reclamam a

³⁶ Cunha, M. Ivone e Jean Yves, “Vocabulário elementar da diferença e desigualdade. Conceitos e problemas nas ciências sociais”, In P. Jerónimo (coord.) **Temas de Investigação em Direitos Humanos para o Século XXI**, Braga, Direitos Humanos – Centro de Investigação Interdisciplinar.

responsabilidade jurídica de menores transgressores e ilustram a necessidade de reivindicar com exemplos do crime predatório de rua. No plano da segurança, implica o descarte das *450 regrinhas* que conduzem à perda da *espontaneidade de viver*. No plano mais estritamente económico, significa um distanciamento dos lugares mais dispendiosos, como é o Leblon, e uma recusa contundente da etiqueta de que os moradores do JB *são ricos*. Ainda assim, é admitido pela generalidade que o bairro apresenta essa singularidade - a ausência de favelas - com todo o valor simbólico (e imobiliário) implicado.

A vizinhança define-se igualmente na relação com as outras vizinhanças, sendo a partir do local de moradia que melhor podemos perceber a relação com outros grupos sociais. Se a zona sul é sinónimo de prestígio, quando comparada com a zona norte ou os subúrbios, hierarquicamente “inferiores”, o JB tem ainda, no panorama dos bairros da zona sul, um estatuto particular - ele distingue-se da *decadência* de Copacabana, dos *emergentes* da Barra da Tijuca ou das rendas elevadas praticadas em alguns quarteirões da frente marítima. A hierarquia entre bairros pode ser ainda mais finamente depurada quando são considerados os cambiantes que fazem internamente o bairro. As diversas associações de moradores com as suas funções específicas ilustram-no. Os vizinhos são *diferentes* da *turma do dinheiro - senhores feudais*, para usar a expressão de uma vizinha - que são os moradores do *Alto Jardim Botânico*. Estes teriam uma rixa com o pessoal do Horto, que é a *turma do povão*, um *bairro mais humilde* para o *padrão do JB*. Distinguem-se também dos *bacanas* que vivem voltados para a mata da Tijuca, pertencentes à associação *Jardim Corcovado*, que tem por função controlar eventuais tentativas de favelização da encosta. Ainda que todos façam parte do mesmo bairro - o JB - as vizinhanças *distinguem-se* entre si.

A associação de moradores detém igualmente um papel, que não é de todo recente, na gestão tanto do prestígio do lugar, como da sua qualidade de vida e segurança. A ausência de favelas nas proximidades do bairro, bem como a relativa homogeneidade das pessoas que o frequentam, não decorre de um acaso da geografia da desigualdade, mas sim da manutenção das hierarquias, alcançada com base numa vigilância permanente. Como mencionado, o estatuto social do bairro havia sido anteriormente ameaçado por diversos planos municipais. A ação coletiva esteve sempre concertada em torno da preservação das virtudes do bairro e da ordem estabelecida.

É também sabido que, entre as funções dos vigilantes, está a de impedir que moradores de rua *entrem no mato*; ou que a associação *Jardim Corcovado tem toda uma mecânica para não deixar subir*, sendo um dos seus principais objetivos impedir *qualquer começo de casebre*. É precisamente essa circunstância, a ausência de favelas na paisagem, o que justificaria, na convicção geral, o facto de o bairro se encontrar *visado - a maioria tem um elevado poder aquisitivo. O bairro é um dos poucos, ou mesmo o único, que não tem morro, que não está cercado. É um diferencial. É uma zona privilegiada por não ter comunidade*. Os seguranças e zeladores partilham desta posição.

Os moradores da praça Nove e das imediações delimitam fronteiras. Mas eles têm resistido à inclinação de erguer muros ou fixar grades, de instalar câmaras de videovigilância ou de contratar seguranças armados, fazendo contrastar o ambiente *interiorano* do lugar com outras partes da cidade, incluindo a zona sul, onde a estética da segurança é predominante. O trabalho de Teresa Caldeira (2000)³⁷ a propósito de S. Paulo é bom exemplo de como os *enclaves fortificados* têm vindo a transformar a maneira como as pessoas vivem, consomem, trabalham e despendem o seu tempo livre.

A insegurança gerada pelos arrastões veio, sublinha-se, agravar a percepção das diferenças, acentuando a necessidade de, ainda que informalmente, as gerir. A regulação das interações está assente no estabelecimento de fronteiras que pressupõem uma distinção entre *nós* e *eles*. É precisamente aí - na linha da fronteira - que a dissemelhança se torna mais evidente (Douglas, 2008). A ameaça comum funciona então como um alibi para legitimar as delimitações necessárias, postas em funcionamento através de múltiplas estratégias.

Baralhadas as interações pelo sucedido, o que se quer é que elas se realinhem. É assim que a insegurança vai promovendo e legitimando a retração dos usos do espaço público ou, de outra maneira, a sua privatização. Como? Primeiro, através da instalação da cancela na rua de acesso à praça, uma barreira material incontornável. Depois, através da ocupação física da praça. A organização das atividades que aí têm lugar deve pautar-se por critérios que ofereçam - com alguma dose de subtileza - lógicas de inclusão e de exclusão. Um bom exemplo disso é um bloco de Carnaval, descrito como sendo *sigiloso*; é explicado que *o marketing dele é não ser divulgado, as pessoas não*

³⁷ Caldeira, Teresa, **Cidade de Muros. Crime, segregação e cidadania em S. Paulo**, São Paulo, Editora 34, 2000.

falam, ele luta pelo boca-a-boca, o que garante que a participação seja constituída pela rede de interação local.

A lógica em funcionamento assegura determinados padrões de segregação social e de interação entre segmentos sociais distintos com consequências evidentes para aqueles que detêm menos poder. Assim, a par da tentativa de preservar as atividades de resgate cultural, ou gerir aquelas dirigidas às crianças, ou impedir que determinados moradores obtenham lucros a partir da exploração do lugar, trazendo-lhe vertentes comerciais que possam chocar a ética local, os vizinhos desejam preservar as fronteiras simbólicas que antes os apartavam da “má” cidade.

Os moradores colocam-se um conflito interno complexo. As emoções inspiradas pelos crimes praticados na praça colidem de forma expressa com a ideologia que os orienta, deixando-os presos entre certa racionalidade e a constatação - com a carga emocional implicada - da ameaça do Outro. A adesão ao discurso elitista e securitário é, por isso mesmo, intermitente, feita de avanços e de recuos. Esse discurso vai refletindo o desejo de fuga àquilo que é tido por poluído, circunstância fortemente determinada pela insegurança. A instalação da cancela suscita inúmeras justificações por parte de alguns moradores - *a gente não queria proibir ninguém de entrar*. O mecanismo seria apenas dissuasor - *se você é bandido, assaltante, pivete, você vê a cancela e um vigia na rua, você vai procurar onde está mais fácil*. Resta aos moradores recorrer a formas de organização social do espaço que não ofendam a sua ideologia.

A apropriação do espaço público - a solução encontrada - assenta na organização de eventos que cumpram certos padrões exigidos pela classe alta e pela elite, atividades que, por um lado, apelam à participação, e, por outro, têm a função de repelir determinados segmentos indesejados. A intimidade que se estabelece com um determinado espaço que é de uso público - pelo conhecimento detalhado das suas regularidades e também das suas exceções, pelo tempo investido, pelo domínio da rede de relações, pela previsibilidade dos seus ritmos e hábitos - facilita e torna possível a sua utilização como espaço privado (Lofland, 1985).³⁸ É o que sucede com a praça.

Muito embora do ponto de vista legal ela mantenha o estatuto público, os seus moradores - porque lhe dominam as idiosincrasias - vão revelando comportamentos que são próprios de um espaço (quase) privado. Isto acontece de maneira a reduzir a

³⁸ Lofland, Lyn, **A world of strangers. Order and action in urban public space**, Illinois, Waveland Press, 1985 [1973].

complexidade do ambiente social, num processo idêntico àquele que faz a demarcação de fronteiras que, inflacionando a diferença, permite criar um sentido de ordem.

NOTA BIOGRÁFICA

Ximene Rêgo é psicóloga (FPCEUP) e doutorou-se em antropologia urbana (ISCTE-IUL) com a tese *A Imagem Predatória da Cidade: Uma Etnografia do Medo*. Foi investigadora e, depois, coordenadora do Departamento de Investigação da APDES (Agência Piaget para o Desenvolvimento) e da Linha 2 (*Social practices and communities well-being and life-quality*) da RECI (*Research in Education and Community Intervention*), uma unidade I&D da FCT. Atualmente, é investigadora do CRIA UMinho (Centro em Rede de Investigação em Antropologia), na Universidade do Minho. Tem como interesses de investigação os temas da Insegurança Urbana, do Fenómeno Droga, da Diferença e da Desigualdade.

